

**TERMO DE COMPROMISSO DE
COMPENSAÇÃO AMBIENTAL Nº
100.04/2025 QUE CELEBRAM O
INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE E
DOS RECURSOS HÍDRICOS DO
DISTRITO FEDERAL - BRASÍLIA
AMBIENTAL E A BRASIL CALCÁRIO
E AREIA LTDA - BRACAL PELOS
IMPACTOS AMBIENTAIS
NEGATIVOS, SIGNIFICATIVOS E NÃO
MITIGÁVEIS CAUSADOS PELA
ATIVIDADE DENOMINADA
EXPLORAÇÃO MINERAL DE AREIA
QUARTZÍTICA.**

Processo de Licenciamento Ambiental -
00391-00017316/2017-02

Processo de Compensação Ambiental
- 00391-00000253/2021-23

O INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL – BRASÍLIA AMBIENTAL, autarquia distrital criada pela Lei nº. 3.984, de 28 de maio de 2007, vinculada à Secretaria de Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do DF, CGC/MF nº. 08.915.353/0001-23, com sede na SEPN 511 - Bloco C - Edifício Bittar – Brasília – DF, doravante denominado **BRASÍLIA AMBIENTAL**, representado neste ato por seu presidente, **RÔNEY TANIOS NEMER**, servidor público aposentado, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado nesta capital, portador do RG n.º [REDACTED] - SSP/DF, CPF n.º [REDACTED], no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto nº 39.558, de 20 de dezembro de 2018 e a **BRASIL CALCÁRIO E AREIA LTDA - BRACAL**, CNPJ 37.111.010/0001-04 situada na Rodovia DF 440, Km 12, Gleba 120, Fazenda Rafaela, Sobradinho, Brasília/DF, doravante denominada **COMPROMITENTE**, neste ato representada pela sua representante legal **GUSTAVO VAZ SILVA**, brasileiro, casado, empresário, portador da carteira de identidade nº [REDACTED], expedida pela SSP/MG e inscrito no CPF sob nº [REDACTED], considerando que:

I) O meio ambiente equilibrado é um bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações;

II) O Princípio do Poluidor/Usuário Pagador, estabelecido no art. 4º, VII, e seguintes, da Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, impõe ao poluidor/predador a obrigação de recuperar e/ou indenizar os danos causados e, ao usuário, a contribuição pela utilização dos recursos ambientais com fins econômicos;

III) A Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000, estabelece em seu artigo 36, que o empreendedor é obrigado a apoiar a implantação e manutenção de unidade de

conservação, nos casos de licenciamento ambiental de empreendimentos de significativo impacto ambiental, cuja forma de cumprimento foi regulamentada pelo Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, em seus arts. 31 a 34;

IV) A Lei Complementar n.º 827, de 22 de julho de 2010, institui o Sistema Distrital de Unidades de Conservação da Natureza - SDUC, e dá outras providências;

V) A Instrução nº 076/IBRAM, de 5 de outubro de 2010, que estabelece procedimentos para o cálculo da Compensação Ambiental de empreendimentos de significativo impacto ambiental negativo e não mitigável, licenciados pelo Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal, Brasília Ambiental – IBRAM;

VI) O item 5.3 da Cláusula Quinta do Termo de Compromisso de Compensação Ambiental nº 100.05/2021 prevê que o saldo da compensação ambiental nele previsto deverá ser atualizado anualmente, conforme estabelecido no art. 14-B da Lei Federal 11.516, de 28 de agosto de 2007.

Resolvem celebrar o presente TERMO DE COMPROMISSO para cumprimento de obrigação de compensação ambiental, cujo valor é de **R\$2.702,14 (dois mil setecentos e dois reais e quatorze centavos)**, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente TERMO DE COMPROMISSO a atualização monetária da compensação ambiental constante do Termo de Compromisso de Compensação Ambiental n.º 100.05/2021, cujo saldo devedor, atualizado na forma da Lei Federal 11.516, de 28 de agosto de 2007, passa a ser de **R\$2.702,14 (dois mil setecentos e dois reais e quatorze centavos)**, conforme Memória de Cálculo Atualização Monetária (166215086).

§ 1º - A execução das futuras ações decorrentes da execução do presente Termo limita-se ao valor máximo da compensação ambiental devida, cabendo ao BRASÍLIA AMBIENTAL estabelecer prioridades de execução na hipótese de haver insuficiência de recursos para execução da totalidade dos itens elencados acima ou apresentar novas demandas a serem atendidas no caso de haver saldo residual após sua execução, devendo-se, neste último caso, observar a competência da Câmara de Compensação Ambiental e Florestal - CCAF;

§ 2º - Após acordo prévio entre os signatários deste TERMO, os custos dos serviços solicitados poderão ultrapassar o valor da compensação ambiental aqui definido, sendo esta diferença considerada doação ao Brasília Ambiental.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

I – Do BRASÍLIA AMBIENTAL:

2.1 Apresentar as especificações necessárias à elaboração de projetos, contratação de serviços referidos no

item 1.2 da Cláusula Primeira deste TERMO;

2.2 Constituir Comissão para acompanhamento da execução das obras e serviços listados no item 1.2 da Cláusula Primeira, bem como emitir notificações, solicitações, pareceres, recomendar aplicação de sanções e penalidades, realizar vistorias e emitir termos de recebimento de obras e atestado de execução de serviços, além de outras ações necessárias à execução do presente Termo de Compromisso, no que se refere às obrigações do BRASÍLIA AMBIENTAL;

2.3 Emitir Termo de Quitação em até 60 (sessenta) dias após recebimento de todos os documentos comprobatórios da execução completa da compensação, considerando a manifestação da Comissão a que se refere o item 3.2 desta Cláusula;

2.4 Avaliar e autorizar, quando solicitado, a divulgação das ações decorrentes do objeto deste TERMO, inclusive as utilizadas na Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental da COMPROMITENTE.

II – Da COMPROMITENTE:

2.5 Contratar e executar o Objeto do presente TERMO no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação das especificações a que se refere o item 2.1 da Cláusula Terceira deste TERMO, o qual poderá ser prorrogado, mediante a apresentação de justificativa ao BRASÍLIA AMBIENTAL;

2.6 Apresentar ao BRASÍLIA AMBIENTAL relatórios trimestrais sobre o andamento da contratação e execução das obras e dos serviços aqui definidos e, ao término das atividades, encaminhar o respectivo relatório final, respeitando a formalidade e adequação dos documentos fiscais correspondentes, incluindo, em relação a estes, manifestação quanto à conformidade de tais documentos, inclusive em relação à Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE, emitida por profissional contabilista legalmente habilitado.

2.7 Solicitar ao BRASÍLIA AMBIENTAL autorização para divulgação das ações decorrentes do objeto deste TERMO, na Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

3.1. O presente TERMO terá um prazo de vigência de 2 (DOIS) anos, a contar da data de sua assinatura, devendo, em caráter excepcional, ser prorrogado mediante termo aditivo se assim necessário à efetiva execução de seu objeto.

CLÁUSULA QUARTA - DAS ALTERAÇÕES

4.1. Modificações no valor da compensação, no escopo ou no prazo de vigência pactuados no presente TERMO serão objeto de prévio ajuste entre as partes e formalizadas mediante Termo Aditivo;

4.2. Alterações específicas nos prazos definidos para execução das ações previstas e decorrentes deste TERMO poderão ser autorizadas pela Presidência do BRASÍLIA AMBIENTAL, mediante solicitação da COMPROMITENTE;

4.3. O valor da compensação ambiental aqui tratada será atualizado anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial - IPCA-E, conforme definido no art. 14-B da Lei Federal 11.516, de 28 de agosto de 2007;

4.4. Eventuais alterações decorrentes de situações emergenciais que possam colocar em risco pessoas ou bens poderão ser efetuadas de imediato pela COMPROMITENTE, devendo o fato ser imediatamente comunicado ao BRASÍLIA AMBIENTAL.

CLÁUSULA QUINTA - DAS PENALIDADES

5.1. O não cumprimento pela COMPROMITENTE dos prazos e obrigações constantes deste Termo poderá implicar em suspensão ou cancelamento da Licença Ambiental concedida para o empreendimento em questão, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis e da obrigação de reparar os danos

porventura existentes.

§ 1º - A não observância pela COMPROMITENTE dos prazos e obrigações aqui pactuados, por motivos de caso fortuito ou força maior, na forma prevista em lei, não constituirá descumprimento do termo, desde que a justificativa seja comunicada ao BRASÍLIA AMBIENTAL, no prazo de até 30 (trinta) dias, que, se for o caso, fixará novo prazo para o adimplemento da obrigação não cumprida.

§ 2º - A COMPROMITENTE terá o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação do BRASÍLIA AMBIENTAL, para apresentar justificativa escrita das razões do descumprimento.

§ 3º - Rejeitada a justificativa da COMPROMITENTE, ou no caso de não ser apresentada, o BRASÍLIA AMBIENTAL adotará as medidas administrativas cabíveis relativas à suspensão ou cancelamento da Licença Ambiental correspondente, após notificação da decisão à COMPROMITENTE.

§ 4º - Não ocorrerão penalidades nem prazos contra a COMPROMITENTE decorrentes de eventuais condutas, atrasos ou omissões atribuídas exclusivamente ao BRASÍLIA AMBIENTAL.

CLÁUSULA SEXTA - DA EXECUÇÃO JUDICIAL

6.1. O presente Termo de Compromisso constitui título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 784 do Código de Processo Civil de 2015. O descumprimento das condições aqui acordadas enseja Processo de Execução, independente de Processo de Conhecimento, sem prejuízo das sanções administrativas pertinentes ao não cumprimento das condicionantes definidas na licença ambiental e das sanções penais aplicáveis à espécie.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA PUBLICIDADE

7.1. Caberá à COMPROMITENTE a publicação do extrato deste TERMO DE COMPROMISSO no Diário Oficial do DF, conforme modelo disponibilizado pelo BRASÍLIA AMBIENTAL, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data de sua assinatura, para a produção dos seus efeitos.

7.2. O comprovante da publicação deverá ser entregue ao BRASÍLIA AMBIENTAL no prazo máximo de 15 (quinze) dias, sob pena de suspensão do referido termo.

CLÁUSULA OITAVA – DO FORO

8.1 Eventuais litígios oriundos do presente instrumento serão dirimidos no Foro da Circunscrição Especial Judiciária de Brasília/DF, renunciando as partes a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes assinam o presente instrumento, na presença de duas testemunhas que também o subscrevem, para que produzam, entre si, os legítimos efeitos de direito.

RÔNEY TANIOS NEMER

Instituto Brasília Ambiental - IBRAM

Presidente

GUSTAVO VAZ SILVA

Brasil Calcário e Areia LTDA - BRACAL

Representante Legal

Testemunhas:

Nome: **Willian Alves do Nascimento**

CPF: [REDACTED]

Nome: **Maiara Borges**

CPF: [REDACTED]



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo Vaz Silva, Usuário Externo**, em 03/06/2025, às 11:20, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **RÔNEY TANIOS NEMER - Matr.1711532-9, Presidente do Brasília Ambiental**, em 03/06/2025, às 13:24, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **MAIARA BORGES - Matr.0263886-X, Analista de Atividades do Meio Ambiente**, em 03/06/2025, às 14:12, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **WILLIAN ALVES DO NASCIMENTO - Matr.1693794-5, Chefe da Unidade de Compensação Ambiental e Florestal**, em 04/06/2025, às 10:05, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **166248374** código CRC= **304A5946**.